

02/07/2020

APEOESP

78

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

SEDUC atende APEOESP e criará comissão paritária para discutir **retorno às aulas presenciais**

Em reunião com o Secretário da Educação, ocorrida na manhã desta quinta-feira, 02 de julho, a Presidenta da APEOESP, professora Bebel, acompanhada de outros membros da Diretoria do Sindicato, comunicou à SEDUC a posição da entidade frontalmente contrária à volta às aulas presenciais, sem redução drástica da pandemia e sem garantia de segurança sanitária para professores, estudantes, funcionários e, desta forma, também a suas famílias.

Em nome da entidade, a Presidenta da APEOESP reivindicou a instituição de uma comissão paritária que analise o quadro e debata as condições e o momento da volta, inclusive consultando especialistas e autoridades sanitárias.

Em resposta, o Secretário concordou com a formação da comissão. Afirmou ainda que a segurança sanitária é inegociável e que só haverá o retorno às escolas, se todo o estado permanecer 28 dias no estágio amarelo do plano de retomada econômica, ou seja, com baixíssimos índices de contágio prolongados no tempo.

Disse também que só haverá o retorno de todas as redes juntas (estadual, municipais e privada). Também afirmou que o momento de voltar não é decisão da SEDUC e sim do governo, com preponderância da área da saúde.

Disse ainda que o número de alunos definido para o retorno às aulas presenciais (35% dos alunos) está vinculado à garantia de 1,5 m de distanciamento entre eles nas salas de aula. Portanto, se não houver essa garantia, o número será reduzido para 30%, 25% ou o índice que a escola definir, de acordo com as suas condições. Também a não disponibilidade de funcionários suficientes na escola interferirá nas condições de retorno.

Auxílio emergencial já!

Reafirmando o compromisso da APEOESP com os direitos da categoria, a Presidenta da APEOESP insistiu na necessidade de que seja encontrada solução urgente para a situação dos professores eventuais e da categoria O com contrato, mas sem aulas, que estão sem pagamento. Propôs, mais uma vez, que seja criado um auxílio emergencial para os eventuais e que seja garantido pagamento aos professores da categoria O.

O Secretário se disse empenhado em resolver essa questão e solicitou à Coordenadora da CGRH, presente na reunião, que estude uma forma de fazer o pagamento aos professores da categoria O, ativando seus contratos. No caso daqueles que ingressaram após o decreto do governador, disse que trabalhará junto ao governo para alterar o decreto, de forma a contemplar esses profissionais.

Quanto aos professores eventuais, disse que a SEDUC está redigindo uma proposta de projeto de lei e propôs uma articulação envolvendo o líder do governo na ALESP para garantir a aprovação e sanção desse projeto de auxílio emergencial, mesmo que não seja de autoria do executivo.

Reorganização curricular e EJA

Em relação à questão pedagógica, a Professora Bebel propôs que sejam priorizados os estudantes que estão terminando seus estudos, no caso, os do último ano do ensino médio e EJA. Propôs, então, que comissão paritária discuta a reorganização curricular, trabalhando com a ideia de retomada em ciclos.

O Secretário concordou com o encaminhamento. Em relação ao EJA, disse que é necessário discutir como fazer a avaliação dos estudantes que estão encerrando a modalidade. Ainda com relação ao EJA, reafirmou que haverá matrículas e rematrículas normais, sem redução de turmas e que determinou a busca ativa dos estudantes, face à situação de pandemia que estamos vivendo.

Contra o assédio moral

O assédio moral contra os professores e as professoras se acentuou neste período de pandemia. Por isso, a Presidenta da APEOESP, relatando a gravidade da situação, solicitou que o Secretário da Educação emita um comunicado para coibir essa prática na rede estadual de ensino.

Reposições de aulas

A Presidenta da APEOESP cobrou do Secretário solução para as reposições de aulas pendentes de 2018 – e também a da paralisação de 21/9/2018. O Secretário encaminhou essa questão para uma comissão paritária que será criada.